

O mal-estar na cultura da maternidade



» JANAÍNA PENALVA
Professora de direito constitucional da Universidade de Brasília (UnB)

» NAYARA TEIXEIRA
Doutoranda em direito pela UnB

O último censo populacional demonstrou que a taxa de fecundidade no Brasil está em queda histórica, com 1,55 filho por mulher. Um dia, depois do espanto social com esse número, por magia ou pela mão do Universo, o inesperado aconteceu: o espírito de um novo tempo tomou conta das mulheres brasileiras. Um dia, acordaram decididas a não terem mais filhos. As meninas com mais de 10 anos decidiram que não iriam mais cuidar de seus irmãos, as mulheres em idade reprodutiva não levariam mais nenhuma gravidez a termo, as avós iriam esquecer suas netas e netos, as vizinhas passariam a ignorar os apuros das crianças ao lado e as trabalhadoras domésticas deixariam seus trabalhos para sempre.

Nenhuma mulher participaria mais de processos de adoção, de fertilização in vitro ou cederia seu útero em aluguel. As poucas mulheres com filhos sob cuidado de homens fariam apenas transferências bancárias com nome de pensão alimentícia, as que sobreviveram ao feminicídio e ao estupro optariam por viver isoladas dos homens e as trabalhadoras do sexo encerrariam os encontros presenciais. O Sol nasceu e não haveria mais mães solo e mulheres cuidadoras. O temido fim da humanidade estaria definido? Os homens sentiram medo. Para conter os “riscos civilizatórios” dessa magia, desenvolveram técnicas de reprodução por óvulos

sintéticos, úteros artificiais e uma robótica de cuidados com habilidades para fazer uma criança se transformar em um adulto. Depois de algumas décadas, avaliando as causas desse mundo novo, um pesquisador diria: a culpa é do feminismo.

Esse exercício imaginativo não diz nada sobre o que as mulheres desejam ou sobre o que os feminismos reivindicam. Nada do que o coletivo das mulheres reúne se aproxima de um mundo sem reprodução humana. Nem um útero sintético ou um robô cuidador seria capaz de neutralizar a dimensão moral da questão: o mal-estar na cultura da maternidade.

Na década de 1970, surgiu, nos Estados Unidos, uma organização de mulheres que não queriam ter filhos e reivindicavam não apenas o direito de escolha sobre a maternidade, mas uma mudança cultural que pudesse fazer dessa escolha uma opção de vida como qualquer outra. Era o auge da segunda onda do feminismo, em que o foco era a autonomia das mulheres sobre seus corpos. Esse é o movimento childfree, uma posição política que diz respeito à escolha consciente e voluntária das mulheres de não serem mães.

O childfree nunca foi um movimento grande e nem unânime nos feminismos. Algumas críticas, especialmente do feminismo negro, apontam que o questionamento da maternidade compulsória, como levantado pelo movimento childfree, tem uma perspectiva branca e de classe. Mulheres negras e pobres lutam pelo direito de ter seus filhos e criá-los com dignidade e segurança. No Brasil, essa crítica é precisa. A escravidão sexual das mulheres negras as impediu de conceber, viver e cuidar dos próprios filhos, seja pelo assassinato, seja pelo sequestro para escravidão ou para a posição de filhos ilegítimos dos senhores brancos. A escravidão negra não terminou, se atualizou na violência doméstica, no feminicídio e na precarização do trabalho.

Nem uma Constituição ou tratado de direitos humanos foi capaz de desfazer a divisão sexual do trabalho. Porém, mais que reconhecer as duplas e

triplas jornadas, mulheres negras e brancas querem sobreviver sem o custo da exaustão e da precariedade de renda e trabalho. Queremos experimentar outras maternidades ou, simplesmente, não queremos experimentá-la, porque o desejo é maior (e melhor) que o “instinto”. O que a cultura entende como “instinto maternal” é, na pele das mulheres, puro mal-estar.

Essa discussão, a denúncia das mulheres sobre a invisibilidade do trabalho de cuidar, leva o espanto com a taxa de fecundidade a um outro lugar: a responsabilidade das mulheres pelas crianças, pelo futuro, pela família. Não faz muito tempo que se disse, em rede nacional, que o adulto que está na prisão é filho de mãe solteira. É cotidiana a certeza de que a criança agressiva é filha de uma mãe ausente e de que aquela fora da norma heterossexual “deu errado” porque foi negligenciada pela mãe. Todo mundo conhece o menino da escola que chora muito porque foi criado pela avó. Quem nunca disse, diante de um mal comportamento social: “Ei, não tem mãe, não!?”

Nenhuma mulher cuida apenas dos filhos que gera e tampouco é a única responsável pelo que se constrói na infância e na família. Os cálculos estatísticos sobre a fecundidade estão errados: deveria importar quantas mulheres existem por criança e não quantos filhos existem por mulher. Ou seja, a investigação sobre a fecundidade não pode ser deslocada da crítica sobre quem garante a reprodução social. Hoje, o que as mulheres vivem é esse mal-estar permanente, essa sensação de que não podem ter desejos genuínos.

Aquela imaginação que cria um mundo sem reprodução não nos interessa politicamente. Se queremos entender porque as taxas de fecundidade caem, precisamos começar investigando quais constrangimentos as mulheres sofrem para serem mães. Quem guia o caminho até a resposta é o feminismo, o nome escolhido para organizar as vozes que dizem o que é desejo e o que é imposição cultural.

A inteligência artificial exige requalificação constante



» JOSÉ PASTORE
Professor (aposentado) da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP e membro da Academia Paulista de Letras

Os estudos sobre os impactos da inteligência artificial (IA) nos ambientes de trabalho ainda estão na infância, como de resto ocorre com a própria IA. Apesar disso, começam a surgir resultados semelhantes de estudos diferentes.

Um deles diz respeito à imensa capacidade da IA criar negócios e soluções para problemas antigos. Esse é o caso do enorme impacto dessa tecnologia na medicina, no direito, na engenharia, genética, oceanografia, astrofísica e vários outros campos. Nesse sentido, a IA cria especialidades entre os profissionais e transforma profissões que são típicas desses campos. É dessa forma que surgem, por exemplo, os médicos que trabalham com modelos probabilísticos para o diagnóstico das doenças.

Outro resultado que vem ganhando consenso entre os pesquisadores é o fato de a IA afetar mais os empregos intelectualizados do que os manuais. Isso porque a inteligência artificial generativa tem uma gigantesca capacidade de aprender e dar soluções instantâneas para problemas complexos que outrora consumiam horas e dias de trabalho. Para surpresa de muitos, essa capacidade vem se revelando de alta utilidade até no mundo das artes, como é o caso do compositor de jingles que obtém a obra pronta depois de oferecer alguns parâmetros de orientação à IA generativa.

Como tendência geral, diferentes estudos estão mostrando que o impacto da IA no trabalho é maior onde predominam atividades intelectualizadas e menor onde predominam as atividades manuais. Disso decorre a conclusão de que a IA generativa afeta mais as economias avançadas e menos as subdesenvolvidas.

Em tudo o que a IA generativa vem impactando, é de enorme relevância a forte queda dos preços dos bens e serviços dela derivados. Os ganhos de tempo e o barateamento da vida não são promessas e, sim, um resultado real do uso da IA generativa. Pense no tempo que se gasta quando as pesquisas em qualquer área demandavam a ida a uma biblioteca, a longa procura nos catálogos dos livros e revistas e muita sorte de encontrá-los disponíveis nas prateleiras da instituição. Atualmente, tudo isso é feito com um toque de magia pela via da IA generativa, que economiza o precioso insumo do tempo, estimula a concorrência e contribui para a redução dos custos e dos preços.

Os estudos disponíveis para o caso brasileiro mostram exatamente isso. Entre nós, é bem menor o impacto da IA generativa nas atividades que ainda dependem em grande escala do trabalho manual (construção civil, transporte, doméstico etc.) e bem maior nas que dependem de trabalho intelectual (medicina, advocacia, engenharia etc.). Isso significa que, no Brasil, o grupo de profissionais a ser afetado é relativamente pequeno — o inverso dos países avançados.

Em outras palavras, demoraremos mais tempo para observar uma grande destruição de postos de trabalho em decorrência de IA generativa. Mas, não podemos exagerar. Esse tempo será encurtado rapidamente. Até mesmo profissões que tipicamente dependem do trabalho manual e de decisões humanas — garçons e motoristas, por exemplo — já vem sendo substituídas por sistemas de autosserviço — como é o caso dos restaurantes sem garçons e dos veículos sem motoristas. Aqui, surge uma grande diferença entre os países avançados e os subdesenvolvidos. Nos primeiros, a capacidade de qualificação e requalificação profissional é imensa, enquanto nos segundos é limitadíssima.

No Brasil, por exemplo, as escolas profissionais (que são reduzidas) enfrentam o grande desafio de ensinar o que não foi ensinado nas escolas convencionais nos campos da linguagem, ciências, matemática e lógica. Nessas condições, é muito mais difícil “repaginar” as pessoas para aproveitarem as novas oportunidades de trabalho geradas pela IA generativa e por outras tecnologias. É exatamente o inverso do que ocorre nos países avançados. Nelas, a destruição de profissões é maior, mas a capacidade de requalificação é adequada para a necessária “repaginação” dos profissionais.

Em suma, o mundo com a IA generativa está sendo muito diferente do que vivemos no passado recente. Para acomodar as pessoas gerando renda a partir do trabalho, isso exige requalificação constante, uma melhoria substancial dos sistemas de educação básica e expansão do ensino profissional.

Maurenilson Freire



Uma casa para Athos



» RICARDO REIS MEIRA
Mestre em teoria e história da arquitetura e presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal

Toda obra de Athos Bulcão é uma aula. Não daquelas tradicionais, embora sua arte esteja até nos currículos escolares, mas porque nos ensina a olhar para a cidade com outra lente. Ela nos ensina que o concreto não precisa ser duro, que a arquitetura pode ter alma, que as paredes podem dançar.

Athos, carioca de nascimento, escolheu Brasília como quem escolhe uma segunda chance de existir. E nos deu, de presente, uma nova chance de sentir. Seus azulejos, suas sombras, suas cores e formas espalhadas por hospitais, igrejas, escolas, casas, praças e monumentos transformaram a capital de linhas retas em palco de poesia. Ele nos provou que arte não tem que ficar trancada em museu: pode habitar o cotidiano, estar ao alcance de todos os olhares e de todas as mãos.

Pois é curioso que quem nos ensinou tanto sobre pertencimento ainda não tivesse um espaço próprio para chamar de seu. A Fundação Athos Bulcão, guardiã desse acervo, existe desde 1992, mas

sem sede definitiva. Sobreviveu em espaços improvisados, levando adiante a missão de preservar, ensinar, emocionar, sem nunca ter o chão firme que Athos tanto merecia.

Agora, enfim, parece que a justiça será feita. O Governo do Distrito Federal concedeu o terreno para a construção da nova sede da Fundação, em um gesto que é mais do que burocrático: é simbólico. É quase como se Brasília dissesse “obrigado” a quem ajudou a desenhar a alma desta cidade.

O projeto, assinado pelo João Filgueiras Lima, o Lelé, outro gênio, promete ser mais que um edifício: será um convite para entrar na cabeça de Athos, sentir a música que ele via nos azulejos, caminhar pelos labirintos geométricos que ele imaginava, descobrir a liberdade que existe em cada repetição. Museu, salas multiuso, jardim, café: tudo pensado para que a obra de Athos continue a ser viva, próxima, respirando junto com a cidade.

Porque a arte de Athos nunca foi estática. Mesmo quando assentada no concreto, ela se move, muda com a luz do dia, conversa com quem passa, consola quem espera numa fila de hospital, encanta crianças em escolas públicas. São mais de 260 obras espalhadas por Brasília, não por acaso. Athos sempre acreditou que beleza é direito de todos, não privilégio de poucos.

Dar uma sede à Fundação Athos Bulcão não é só erguer um prédio. É garantir que essa filosofia siga viva, inspirando gerações, formando mentes, tocando corações. É dar continuidade a uma missão

que ele mesmo começou lá atrás, quando entendeu que arte e arquitetura são inseparáveis e que, juntas, constroem a memória de um lugar.

Brasília deve muito a Athos. O Parque da Cidade, o Teatro Nacional, os murais das escolas, os relevos dos hospitais, as sombras dançantes nos blocos de concreto. Tudo isso se confunde com a própria história de quem mora aqui. É impossível passar por Brasília sem esbarrar na poesia que Athos imprimiu nos muros e paredes.

Por isso, é hora de retribuir. É hora de dar à Fundação o teto que faltava, o abrigo que Athos jamais pediu, mas sempre mereceu. Porque artista nenhum se faz sozinho, e legado nenhum se preserva sem cuidado. A nova sede será um marco, sim, mas também um gesto de responsabilidade coletiva: reconhecer que cultura é patrimônio, que memória é bem público, e que artistas como Athos não podem ficar à mercê de favores, empréstimos ou improvisos.

Se a arte humaniza a arquitetura, como Athos dizia, então a nova sede humaniza a cidade mais uma vez. É uma espécie de abraço tardio, mas ainda a tempo, da capital a um de seus candangos mais queridos. Que esse espaço floresça, se encha de crianças, visitantes, curiosos, estudiosos, todos aqueles que queiram aprender a ver o mundo com menos rigidez e mais leveza.

Athos merece uma casa. E Brasília, no fundo, também.